

# A ORDEM VERBO-SUJEITO NO PORTUGUÊS DO BRASIL: PARA UMA COMPARAÇÃO DAS ABORDAGENS FORMALISTAS E FUNCIONALISTAS

Sergio Menuzzi\*

**RESUMO:** *Pode-se identificar na literatura duas linhas gerais de análise da ordem Verbo-Sujeito [VS] no português falado no Brasil [PB]. Há as análises gerativistas ou “formalistas”, segundo as quais as restrições que caracterizam a ordem VS em PB dependem da estrutura sintagmática da frase, estando relacionadas à “mudança paramétrica” no sistema de expressão de sujeitos pronominais (o PB estaria se tornando uma “língua de sujeito obrigatório”, cf. Kato & Tarallo 1987, Duarte 1996 e outros). E há também trabalhos de cunho funcionalista, que têm se concentrado em determinar as motivações funcionais da ordem VS em PB, ao mesmo tempo que procuram, freqüentemente, demonstrar a inadequação descritiva e analítica das abordagens “formalistas” (Pezatti & Camacho 1997a,b; Naro & Votre 1999, 1989; Pontes 1987, entre outros). Este artigo procura sintetizar as duas linhas de análise e, com isso, identificar pontos de divergência cujas predições empíricas possam ser distinguidas objetivamente. O objetivo é contribuir para um futuro estudo comparativo das abordagens formalista e funcionalista da sintaxe da ordem VS em PB.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *ordem verbo-sujeito; português brasileiro; formalismo; funcionalismo; teoria sintática.*

## Introdução

**E**mbora a língua portuguesa, incluindo aí sua variante brasileira, seja considerada uma língua cuja ordem

---

\* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

de palavras mais comum é a ordem Sujeito-Verbo, é bem sabido que a ordem inversa Verbo-Sujeito também é possível em diversos contextos (como por exemplo em *Acabou a rebelião no Carandiru*).<sup>1</sup> Esta última, a ordem Verbo-Sujeito, tem sido objeto de particular interesse na literatura lingüística dos últimos 20 anos em virtude de duas observações fundamentais. A primeira é a de que teria uma freqüência extremamente baixa no português do Brasil se comparada à sua freqüência no português europeu ou mesmo na variante culta brasileira (tal como refletida na língua escrita; cf. Thomas 1969, Lira 1982, Pontes 1986).<sup>2</sup> A segunda observação fundamental é que o PB (como o francês) seria a língua inovadora entre as línguas românicas no que diz respeito à ordem VS: até o século XIX, o PB teria mantido um padrão de ordem semelhante ao do PE e das demais línguas românicas, em que a possibilidade de inversão entre verbo e sujeito seria relativamente livre; a partir de então, mudanças na organização da língua teriam resultado em severas restrições à possibilidade de se usar a ordem VS (cf. Kato & Tarallo 1987, Berlinck 1989, Duarte 1996, Figueiredo Silva 1996, entre outros).

Evidentemente, o comportamento singular do PB em relação às demais línguas românicas coloca pelo menos três questões gerais de análise lingüística: (i) descritivamente, em que precisamente o uso da ordem VS em PB difere de seu uso nas demais

---

<sup>1</sup> Uma síntese do presente artigo foi apresentada no III Congresso Internacional da ABRALIN, realizado entre 13 e 15 de março de 2003, na Faculdade de Letras da UFRJ, Rio de Janeiro. Agradeço à audiência lá presente pelos comentários, bem como ao parecerista anônimo da Revista da ANPOLL pelas sugestões e correções. Vale, é claro, a advertência usual: qualquer erro presente neste artigo é de minha inteira responsabilidade.

<sup>2</sup> Daqui em diante, passo a usar as seguintes abreviaturas: "S" para "sujeito"; "V" para "verbo"; "O" para objeto; portanto, "SVO" para a ordem "Sujeito-Verbo-Objeto", etc.; "PB" para "português brasileiro" e "PE" para "português europeu" (i.é, a língua portuguesa tal como correntemente utilizada em Portugal). Seguirei também uma prática notacional freqüente na literatura lingüística brasileira, a de utilizar as abreviaturas inglesas para categorias sintáticas: portanto, "NP" para "sintagma nominal", "VP" para "sintagma verbal", etc.

línguas românicas (especialmente em PE)? (ii) teoricamente, há alguma fonte particular para esta diferença? qual é ela? (iii) historicamente, por que e como esta diferença surgiu? Estas questões têm sido investigadas, de um modo ou de outro, desde que as particularidades da ordem VS no PB começaram a chamar a atenção dos lingüistas brasileiros. Foram especialmente importantes, neste sentido, o trabalho pioneiro de Eunice Pontes (1986, 1987) e o acalorado debate teórico que se deu entre Milton do Nascimento (1984, 1990) e Naro & Votre (1989, 1992). E, a partir da segunda metade da década de 80, surgiram as linhas teóricas fundamentais que nos permitem, agora, formular questões mais específicas de investigação.

De um lado, há o conjunto de valiosas contribuições dadas pelo grupo de trabalho inicialmente orientado por Mary Kato e Fernando Tarallo na UNICAMP. Este grupo tem investigado vários aspectos da sintaxe do PB sob uma perspectiva que procura conciliar hipóteses teóricas baseadas em modelos gerativistas - especialmente, na chamada "teoria de princípios e parâmetros" (ver Chomsky & Lasnik 1995) - com métodos labovianos de análise quantitativa e sociolingüística (ver Kato & Tarallo 1987). Deste trabalho resultou um conjunto amplo de descobertas que fornecem um quadro geral tanto da situação sincrônica da sintaxe do PB como de sua evolução diacrônica. A interpretação teórica mais ou menos consensual deste quadro, de acordo com este grupo de trabalho, é a de que muitas das propriedades sincrônicas do PB, *incluindo aí as restrições à ordem VS*, são resultado de uma "mudança paramétrica": o PB estaria se tornando uma "língua de sujeito obrigatório" como o francês - deixando, portanto, de ser uma "língua de sujeito nulo" como o PE e as demais línguas românicas (cf. Kato & Tarallo 1987, Duarte 1996, Figueiredo Silva 1996, Figueiredo Silva et al. 2000, Coelho et al. 2001, entre outros; contra esta posição, entretanto, ver Nicolau 1995, Müller & Negrão 1996, Negrão 1997 e Negrão & Viotti 2000).

Por outro lado, diversos trabalhos de cunho funcionalista têm surgido nos últimos anos sobre a ordem VS, em parte como uma reação às abordagens gerativistas, em parte como o resultado da atual onda de crescimento da lingüística funcional entre pesquisadores brasileiros (ver Moura Neves 1999). Estes trabalhos têm se concentrado em determinar as motivações funcionais que estariam por trás do uso da ordem VS em PB (por exemplo, Pezatti 1994, Berlinck 1998, Naro & Votre 1999), com base nas quais procuram demonstrar a inadequação descritiva e analítica das abordagens gerativistas (ver Pezatti & Camacho 1997a,b; cf., originalmente, Pontes 1986 e Naro & Votre 1989). Encontram-se também alternativas que procuram explicar em termos funcionais o surgimento diacrônico das restrições à ordem VS hoje encontradas no PB (por exemplo, Berlinck 1989 e Pezatti & Camacho 1997a,b).

Em resumo, pode-se dizer que o trabalho descritivo e analítico acumulado sobre a ordem VS em PB, tanto de perspectiva gerativista quanto funcionalista, já é vasto. Ainda assim, há inúmeras lacunas descritivas tanto no que concerne à situação sincrônica da ordem VS em PB, quanto à sua comparação com PE e com as demais línguas românicas, e ainda quanto ao hipotético processo de mudança que o PB sofreu. E, o que é mais importante, algumas destas lacunas envolvem fatos que podem ser cruciais para a avaliação apropriada das diferentes alternativas analíticas disponíveis, bem como de suas teorias correspondentes. O presente trabalho se propõe a apontar algumas destas lacunas, mais especificamente, aquelas que dizem respeito à situação sincrônica da ordem VS em PB. O intuito é colaborar para definir mais objetivamente uma agenda de pesquisa que busque estabelecer um quadro descritivo tão preciso quanto possível do PB. Somente deste modo se pode avaliar a viabilidade das diferentes análises propostas na literatura – sejam elas de cunho gerativista ou funcionalista – e, portanto, avançar na compreensão teórica das ordem VS em PB e de sua evolução diacrônica.

## 1. A Ordem VS em PB sob a Perspectiva Gerativista

Pelo menos desde a tese de doutorado de Milton do Nascimento (1984), a literatura presume, de maneira mais ou menos geral, que a ordem VS em PB tem distribuição mais restrita do que em outras línguas românicas e, em particular, do que em PE:<sup>3</sup> grosseiramente falando, línguas românicas *pro-drop* (isto é, que possuem sujeitos nulos) como o espanhol, o italiano e o PE permitiriam a posposição de sujeito com qualquer tipo de verbo (intransitivos, transitivos diretos e indiretos, etc.), enquanto que o PB aceitaria naturalmente a ordem VS somente com verbos intransitivos, impondo restrições no caso dos demais verbos:

(1) *VS com verbo intransitivo:*

- a. Caiu um avião em Madagascar. [OK em PB e PE; ex. de Kato 2000b]
- b. Sono cadute alcune pietre. [OK em italiano; ex. de Rizzi 1982]  
São caídas algumas pedras  
“Caíram algumas pedras.”

(2) *VS com verbo transitivo:*

- a. [A maçã?] Comeu-a o João. [OK em PE, cf. Kato 2000a]
- b. [La torta?] L'ha mangiata la mamma. [OK em italiano, cf. Benincá & Salvi  
A torta a há comida a mamãe 1988, apud Kato 2000a]  
“[A torta?] Comeu-a a mamãe.” [inaceitável ou não usual em PB]
- c.?? [A maçã?] Comeu (ela) o João.  
(vs. “[A maçã?] O João comeu (ela).”)

Embora haja um certo consenso no que diz respeito a esta caracterização inicial, a descrição precisa das condições sob as quais se dá a posposição de sujeitos em PB tem se revelado mais polêmica entre os gerativistas.

<sup>3</sup> Aqui me refiro à ordem VS apenas em “orações simples”, isto é, orações declarativas em que V é um verbo principal, não-auxiliar, flexionado. Para um levantamento detalhado dos vários casos de inversão identificados na gramática tradicional, ver Pontes (1987), cap. VI, e Moura Neves (1996). Para uma discussão teórica das várias estruturas de inversão do PB, ver Moraes (1996), Kato et al. (1996) e Ribeiro (1999).

Nascimento (1984), por exemplo, supõe que a posposição é possível com qualquer verbo intransitivo porque, na ausência de um objeto, o “sujeito” poderia ser analisado como objeto do verbo - e isso é que permitiria os casos eventuais de ordem VS em PB. Ainda assim, esta possibilidade estaria sujeita a uma restrição adicional: só “sujeitos” *indefinidos* poderiam ser pospostos, de onde um contraste como:

- (3) a. Chegou um cara estranho na festa
- b. \*Chegou o cara estranho na festa

Figueiredo Silva (1996) concorda com esta restrição contra a definitude do sujeito, mas argumenta que ela aponta para uma outra restrição: a ordem VS só seria possível com os chamados verbos *inacusativos* ou *ergativos*, e não com os intransitivos *não-ergativos*:<sup>4</sup>

- (4) a. Chegou um cara estranho na festa
- b. \*Tossiu um cara bem no meio do filme

Segundo Figueiredo Silva, o contraste em (4) se deveria ao fato de que “sujeitos” pospostos têm de ser indefinidos porque recebem Caso partitivo; este, sendo um Caso inerente, só poderia ser atribuído ao “argumento interno” do sintagma verbal, isto é, a um

---

<sup>4</sup> *Verbos inacusativos* são verbos como *existir, aparecer, chegar, surgir, cair*, etc., cujo sujeito superficial possui várias propriedades semânticas e gramaticais características dos *objetos* verbais, entre as quais a de ter um papel temático não agentivo (ver Perlmutter 1978, Burzio 1986, entre muitos outros). A Hipótese da Inacusatividade sustenta que tais “sujeitos” são de fato objetos na estrutura subjacente da frase, sendo eventualmente promovidos a “sujeitos superficiais” (por meio de movimento, por exemplo).

Os chamados verbos *não-ergativos* (do inglês *unergative*) são os intransitivos cujo sujeito superficial possui propriedades semânticas e gramaticais de sujeitos “normais” – por exemplo, possuem em geral um papel temático agentivo. Na análise de Figueiredo Silva (1996), verbos não-ergativos não permitiriam a ordem VS em PB justamente porque seu sujeito superficial é também um “sujeito” no nível de representação subjacente e não pode, portanto, ocupar a posição de objeto.

Na literatura funcionalista, a terminologia de referência aos verbos inacusativos é mais variada, sendo eles ora chamados de *existenciais*, ora *apresentativos*, etc.

objeto direto do verbo (cf. Belletti 1988). Isto explicaria por que somente “sujeitos” de verbos inacusativos poderiam ser pospostos (ver nota 3 acima).

Em resumo, a partir da discussão de Nascimento (1984) e Figueiredo Silva (1996) podemos identificar pelo menos duas restrições que operam sobre a ordem VS em PB:

(5) a. *Restrição à Definitude (do Sujeito):*

Apenas “sujeitos” indefinidos podem ser pospostos.

b. *Restrição da Monoargumentalidade:*<sup>5</sup>

Versão 1: Apenas verbos intransitivos permitem a ordem VS  
Nascimento 1984)

Versão 2: Apenas verbos inacusativos permitem a ordem VS  
(Figueiredo 1996)

O ponto fundamental a observar aqui é que há algo em comum nas descrições feitas por Nascimento (1984) e Figueiredo Silva (1996), bem como na maioria das descrições gerativistas (ver também Kato & Tarallo 1987, Nicolau 1995, Kato 2000, Figueiredo Silva et al. 2000, Coelho et al. 2001): a idéia de que a restrição fundamental à ordem VS em PB é de natureza “estrutural” ou “formal”. Especificamente, a hipótese geral parece ser a de que *só podem ser pospostos produtivamente os “sujeitos” que também possam, por uma razão ou outra, ser “estruturalmente” analisados como objetos*. Esta idéia tem raízes que remontam a Perlmutter (1976), tendo se tornado particularmente atraente no quadro teórico da sintaxe gerativa recente devido à hipótese, a que antes me referi, de que o PB é ou estaria se tornando uma língua *não-pro-drop*.

---

<sup>5</sup> O termo *restrição da monoargumentalidade* apareceu originalmente em Kato & Tarallo (1987). Kato & Tarallo também vêem a inversão com verbos inacusativos como o “caso normal” de inversão em PB, possuindo uma estrutura sintática diferente da inversão com outros verbos (ver 3.2 abaixo). Entretanto, acreditam que a Restrição da Monoargumentalidade se aplica aos demais casos de inversão, tendo o caráter de um “filtro de superfície”. Por razões de espaço, não poderei discutir esta questão aqui.

No que diz respeito a esta última, a descoberta crucial foi feita inicialmente, tanto quanto sei, por Tarallo (1983), tendo sido detalhada posteriormente em outros trabalhos (por exemplo, Duarte 1996): o PB vem, desde o século XIX, usando cada vez menos sujeitos pronominais ocultos, ou “sujeitos nulos”, e preenche cada vez mais a posição de sujeito com os pronomes plenos correspondentes. Isto é, onde o PE ainda usa freqüentemente sujeitos ocultos, como em (6a,b), o PB passou a usar pronomes plenos, como em (7a,b):

(6) a. \_\_\_ sei que \_\_\_ vou ser escolhido (PE)

b. João sabe que \_\_\_ vai ser escolhido

(7) a. *Eu* sei que *eu* vou ser escolhido (PB)

b. João sabe que *ele* vai ser escolhido

Para se ter uma idéia de quão significativo tem sido este processo de mudança na expressão dos sujeitos pronominais referenciais em PB, basta verificar os índices fornecidos por Duarte (1996, gráfico 1, p. 112): até aproximadamente o fim do século XIX, o uso de “sujeitos nulos” tinha freqüência de cerca de 80%, e pronomes plenos de 20% no corpus de Duarte; no final do século XX, o padrão praticamente inverteu - 75% dos casos são de pronomes plenos, e apenas 25% de nulos.

A conclusão que Kato & Tarallo (1987) e muitos trabalhos subseqüentes (por exemplo, Duarte 1996 e Figueiredo Silva 1996) tiraram desta descoberta foi a de que o PB está sofrendo uma “mudança paramétrica”: está deixando de ser uma língua *pro-drop* e se tornando uma língua de sujeito obrigatório. E isso parece ser corroborado justamente pelas restrições impostas pelo PB à ordem VS: a literatura sobre o parâmetro do sujeito nulo enfatiza o fato de que uma das principais propriedades de uma língua de sujeitos obrigatórios é precisamente a de impor severas restrições à ordem VS. Em particular, línguas como o inglês e o francês também pare-

cem impor condições similares à Restrição à Definitude e à Restrição da Monoargumentalidade (ver Burzio 1986, Belletti 1988, e referências lá citadas):<sup>6</sup>

- (8) a. There has just arrived a new candidate for the job  
“(Expletivo) Tinha recém chegado um novo candidato para o cargo”  
b. \*There has just arrived John  
“(Expl) Tinha recém chegado o João”  
c. ?? There has just called a new candidate for the job  
“(Expl) Tinha recém telefonado um novo candidato para o cargo”
- (9) a. Il est arrivé trois amis  
“(Expl) Chegaram três amigos”  
b. \* Il est arrivé Jean  
“(Expl) Chegou o João”  
c. ?? Il a téléphoné trois amis  
“(Expl) Telefonou três amigos”

Assim, as abordagens gerativistas tendem a ver as restrições à ordem VS encontradas em PB como efeitos do fato desta língua estar se tornando uma língua de sujeito obrigatório (para uma versão recente desta abordagem, ver Figueiredo Silva et al. 2000, Coelho et al. 2001).

Deve-se notar que as restrições acima descritas surgiram da observação de julgamentos intuitivos de aceitabilidade, e não do exame de ocorrências de enunciados em corpora de fala. Isso, evidentemente, não as invalida: antes, os vários trabalhos que estudaram a distribuição quantitativa das ordens SV e VS em corpora do PB confirmam, ao menos parcialmente, ambas as restrições – a ordem VS é mais freqüente com sujeitos indefinidos e com verbos inacusativos (cf., por exemplo, Lira 1982, Berlinck 1989, Naro & Votre 1999). Por

---

<sup>6</sup> Na verdade, a Restrição da Monoargumentalidade parece ser ainda mais severa em inglês, já que apenas uma subclasse dos verbos inacusativos, a dos verbos de “aparição” (*appear, arise, emerge*, etc.), permite a inversão (cf. Burzio 1986, p.159 e ss.).

outro lado, estes mesmos estudos quantitativos também revelam que, ao menos em corpora de fala, tais restrições não são absolutas - encontram-se casos de inversão com verbos que não são inacusativos (inclusive com verbos transitivos, embora estes sejam casos raros), bem como com sujeitos definidos. Tais casos fornecem, na verdade, os principais argumentos das abordagens funcionalistas contra as análises gerativistas que venho discutindo nesta seção.

Os estudiosos gerativistas estão, é claro, cientes da existência de casos que não se conformam às suas generalizações básicas, mas tendem a vê-los como “excepcionais” em algum sentido. Há várias possibilidades de solução; por exemplo, com relação à existência de contra-exemplos à Restrição da Monoargumentalidade, poder-se-ia explorar as seguintes: (a) casos “excepcionais” de ordem VS podem ser resultado da interferência da norma aprendida na escola, que se espelha no português dos séculos XVIII e XIX - portanto, uma língua *pro-drop*; (b) alguns contextos podem ser “reliquias” históricas da mudança - isto é, contextos em que, por razões de frequência, etc., o enrijecimento da ordem VS ainda não se estabeleceu completamente; (c) alguns casos de ordem VS podem não ser casos de “inversão do sujeito”, mas resultado de alguma outra estrutura gramatical disponível no PB - por exemplo, estruturas envolvendo movimento do verbo para esquerda do sujeito (cf. Kato & Tarallo 1987, entre outros).<sup>7</sup>

Todas estas possibilidades são, em princípio, verificáveis empiricamente. Se, de fato, os casos de ordem VS “excepcionais”

---

<sup>7</sup> Lembre-se ainda que os gerativistas, já nos primeiros trabalhos sobre a ordem VS, mostram estar também cientes da existência de contra-exemplos à Restrição à Definitude do sujeito. Nascimento (1984) e Kato & Tarallo (1987), por exemplo, sugerem que sujeitos definidos em ordem VS só são possíveis com foco contrastivo (“focalizados com interpretação de lista”). Mais recentemente, Viotti (2002) argumenta que a restrição no caso de construções apresentativas não é gramatical e sim discursiva - as condições de uso destas construções simplesmente tendem a ser mais compatíveis com SNs indefinidos. Esta linha de análise é perfeitamente compatível com análises funcionalistas do fenômeno: ver a proposta de Naro & Votre (1999) na seção 4 abaixo.

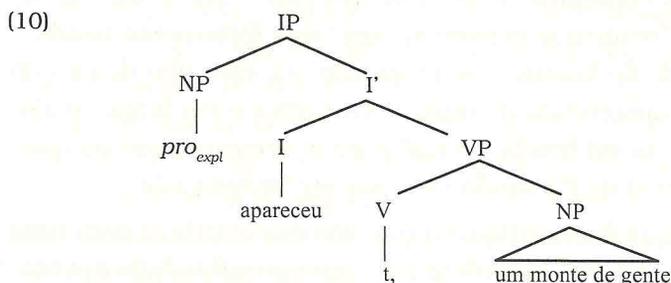
são, ao menos parcialmente, influenciados pela norma aprendida na escola, então esperamos que eles sejam mais fortemente condicionados por anos de *escolaridade* que os casos não excepcionais: por exemplo, esperaríamos que o uso da ordem VS com *verbos não-ergativos* fosse fortemente condicionado por falantes de maior escolaridade, enquanto que a ordem VS com *verbos inacusativos* não deveria mostrar este condicionamento de modo tão nítido. De modo similar, se alguns dos casos de ordem VS “excepcionais” são contextos em que a mudança ainda não se estabeleceu por completo, é porque se presume que estes contextos *estão em processo de mudança* e terão, eventualmente, a ordem VS restrita do mesmo modo que nos demais contextos. Espera-se, portanto, que o uso da ordem VS nestes “contextos conservadores” seja fortemente condicionado *pela idade* do falante. Tanto quanto sei, este tipo de estudo ainda não foi empreendido de modo sistemático e em larga escala. Portanto, parte da evidência crucial para a determinação do quadro sincrônico real do PB ainda está por ser investigada.

No que segue deste artigo, eu gostaria de contribuir para uma agenda de pesquisa que considere a terceira possibilidade apontada anteriormente: a de que os casos “excepcionais” de estrutura VS em PB poderiam envolver estruturas sintáticas diferentes da do “caso normal” em PB (a inversão com verbos inacusativos). Essa possibilidade é de particular interesse porque, como veremos, as análises funcionalistas tendem a desprezá-la, presumindo em regra que não há diversidade estrutural por trás da ordem VS em PB.

É claro que, a fim de investigar a hipótese geral de que por trás da ordem VS em PB existem diferentes opções estruturais, é preciso dispor de propostas explícitas, cujas conseqüências e predições possam ser enumeradas para fins de verificação empírica. Procurarei ilustrar o tipo de questão que surge neste contexto discutindo nas próximas seções as possibilidades estruturais propostas no estudo clássico de Kato & Tarallo (1987), que, tanto quanto sei, foi o primeiro trabalho a procurar delimitar o conjunto de estruturas VS para o PB.

## 2. Algumas Estruturas de Ordem VS em PB

Kato & Tarallo (1987) propõem que a ordem VS manifesta quatro estruturas sintáticas diferentes em PB: além da estrutura mais freqüente, envolvendo verbos inacusativos, haveria outras três, de freqüência mais restrita, possivelmente obsoletas do ponto de vista diacrônico. Nestas três últimas, a ordem VS ainda seria possível com verbos que não os inacusativos, bem como com sujeitos definidos. De acordo com Kato & Tarallo, na estrutura inacusativa o “sujeito invertido” ocupa, na verdade, a posição de objeto verbal, e o verdadeiro sujeito gramatical da oração é um “pronomes expletivo nulo”:<sup>8</sup>



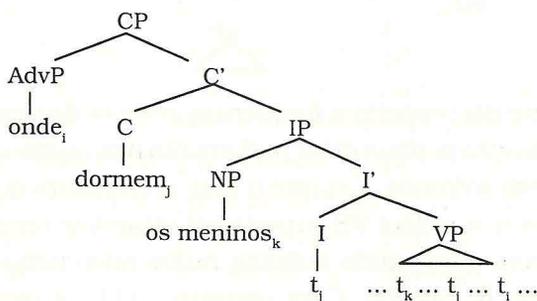
Este caso de ordem VS seria, então, análogo às estruturas VS encontradas em línguas não-*pro-drop* como o inglês e o francês. Uma evidência circunstancial para essa linha de análise poderia vir da tendência atual do PB de evitar a concordância entre verbo e sujeito na ordem VS (cf. *De repente apareceu três cara mal-encarado* vs. *Três cara mal-encarado apareceram de repente*). Como se sabe, as estruturas de sujeito posposto em francês, que envolvem um pronome expletivo

<sup>8</sup> As representações sintagmáticas de Kato & Tarallo (1987) são aqui atualizadas para as adotadas pelo modelo da Regência e Ligação: S e S' são substituídas por IP e CP, respectivamente. Esta atualização é parcialmente baseada nas representações fornecidas em Kato & Tarallo (1991), embora nem todos os detalhes destas últimas sejam adotados em virtude de certas suposições não consensuais (como, por exemplo, a de que o “sujeito invertido” em estruturas inacusativas não está na posição de objeto em estrutura-S, mas na de especificador de VP).

manifesto, também apresentam ausência de concordância com o sujeito posposto, cf. *Il est arrivé trois hommes*, e não *\*Il sont arrivés trois hommes*. A analogia do PB com o francês pode ser motivada por duas razões: de um lado, há a hipótese de que o PB está se tornando uma língua de sujeito obrigatório, como o francês; por outro, o “expletivos nulo” do PB (*pro* em (10)) é como o *il* expletivo do francês, isto é, aciona concordância de 3a. pessoa do singular no verbo, cf. *pro<sub>expl</sub> chove/il pleut*. É possível, então, que o padrão de concordância encontrado nas orações com ordem VS em PB seja mais um efeito da estrutura (10), isto é, do fato de a inversão com inacusativos em PB ter a mesma estrutura que a inversão em francês. (Sobre os padrões de concordância com estruturas de expletivos, ver Cardinaletti 1997.)

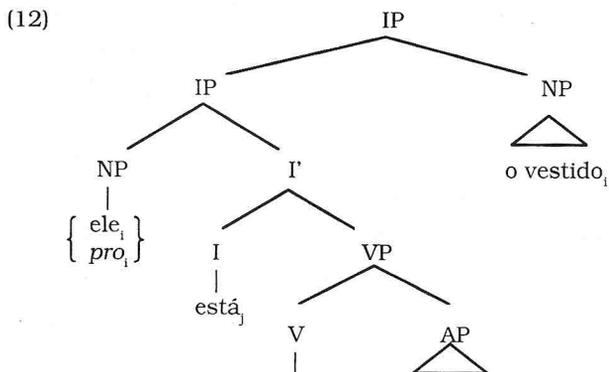
Já a ordem VS com verbos intransitivos não-ergativos e com verbos transitivos só seria possível, segundo Tarallo & Kato (1988), em estruturas sintáticas bastante diferentes de (10).<sup>9</sup> Numa delas, o sujeito ocuparia sua posição “normal” na frase, mas o verbo se deslocaria para uma posição no começo da frase, movimento este acionado, por exemplo, pela presença de um constituinte interrogativo na frase:

(11)



<sup>9</sup> Como se disse antes, Kato & Tarallo apresentam três estruturas nas quais verbos não-inacusativos poderiam aparecer. No que segue, apresentarei apenas duas delas, aquelas que não apresentam, na literatura recente, revisões substanciais no que diz à presente discussão. Uma das estruturas originalmente propostas por Kato & Tarallo, a que chamaram de “plain V-Front” [fronteamento simples de V], tem recebido várias formulações diferentes em trabalhos mais recentes de M. Kato (ver, especialmente, Kato & Tarallo 1991, Kato 2000a,b). Por exigir consideração mais detalhada, esta estrutura não pode ser discutida no espaço de que aqui se dispõe.

Uma outra possibilidade, que permitiria a inversão VS com verbos que não os inacusativos, seria o que Kato & Tarallo chamam de “estruturas de anti-tópico”: nestas construções, o “sujeito invertido” é um “afterthought” ? um esclarecimento do sujeito sintático, presumivelmente o tópico da frase. Sintaticamente, estas estruturas teriam um sujeito pronominal referencial, que em PB se manifestaria normalmente por um pronome pleno e, residualmente, como um pronome nulo *pro*. Do ponto de vista da superfície, somente este último caso, é claro, se configura como uma “inversão”; mas o “sujeito invertido” não ocupa a posição de sujeito, e sim uma posição não-argumental adjunta à oração, como em (12):



No que diz respeito à freqüência restrita das estruturas (11) e (12), a explicação poderia estar justamente nas mudanças diacrônicas que o PB vem sofrendo. Quanto a (12), a estrutura com sujeito nulo (portanto, com a ordem VS superficial) estaria se tornando rara porque o PB vem eliminando sujeitos nulos referenciais como *pro* em (12) (cf. Kato & Tarallo). Com respeito a (11), a estrutura poderia estar se tornando mais restrita em virtude de uma outra mudança que o PB vem sofrendo, a perda do movimento do verbo para a posição de COMP (que também pode estar associada à mudança paramétrica responsável pela perda de sujeitos nulos referenciais, cf. Torres Morais 1996; ver também Duarte 1992, Rossi 1996). Seja como for, o que importa aqui é que as três estruturas (10), (11) e (12)

possuem várias propriedades distintas e fazem predições diferentes, permitindo que se possa verificar sua correção empírica.

### 3. Algumas Predições sob a Perspectiva Gerativista

Considere, por exemplo, as diferenças pertinentes à *concordância verbal*. Das três estruturas acima apresentadas, a única em que o “sujeito invertido” não é o “sujeito sintático” da oração é a estrutura inacusativa em (10). Neste caso, o sujeito é, por hipótese, um *pro* expletivo; como vimos, *pro* expletivo em PB é possivelmente especificado como 3a. pessoa do singular, de onde se espera que os verbos em estruturas inacusativas apresentem uniformemente flexão de 3a. pessoa do singular independentemente do sujeito? isto é, prediz-se a ausência de concordância na estrutura (10). Já na estrutura (11), o sujeito ocupa a posição de sujeito sintático da oração, aquela que entra na relação de concordância verbal. Daí que se espera que, em estruturas como (11), haja concordância entre o sujeito invertido e a forma verbal. Finalmente, com relação a (12), o “sujeito invertido” não é ele mesmo o “sujeito sintático” da frase; entretanto, o “sujeito sintático” da frase é um pronome nulo co-referencial a ele. Este sujeito nulo deve, portanto, ter os mesmos traços relevantes (de pessoa, gênero e número) que o “sujeito invertido”, acionando, por isso, a concordância verbal correspondente. Daí que esperamos que também haja concordância entre “sujeito invertido” e forma verbal na estrutura (12) (ainda que esta concordância não seja direta, estritamente falando).

Em resumo, no que diz respeito à concordância verbal em PB, o que as estruturas em (10) a (12) predizem é que:

- (13) *Predições de (10) a (12) com respeito à concordância verbal:*
- a. não há concordância entre forma verbal e “sujeito invertido” em (10);
  - b. há concordância entre forma verbal e “sujeito invertido” em (11) e (12).

Agora, dada a hipótese de que a estrutura em (10) só é possível com verbos inacusativos, enquanto que a ocorrência da ordem

VS com outros tipos de verbos deve ser manifestação de estruturas como (11) ou (12), o que se pode prever é que:

- (14) *Correlações previstas entre tipo de verbo e concordância verbal*
- a. verbos inacusativos favorecem a ausência de concordância verbal, cf. (13a);
  - b. outros verbos favorecem a presença de concordância verbal, cf. (13b).

É preciso ter uma certa cautela na averiguação destas predições, especialmente pelo fato de o PB possivelmente estar em transição no que diz respeito à ordem de palavras. Isto significa que o sistema pode apresentar variação e instabilidade no que diz respeito às estruturas de ordem VS, o que deve ser levado em conta no estudo de juízos de aceitabilidade por falantes nativos. Em um estudo quantitativo de ocorrências em um corpus, pode-se concluir que predições como as acima descritas estão corretas se se verificam tendências mais ou menos robustas: se as ocorrências de ordem VS com verbos inacusativos favorecem fortemente a ausência de concordância verbal e se as ocorrências de ordem VS com os demais verbos favorecem a presença de concordância.<sup>10</sup>

Considere agora brevemente algumas das predições das estruturas em (10)-(12) referentes a propriedades semântico-discursivas dos “sujeitos invertidos”. Na estrutura (10), o “sujeito invertido” não ocupa a posição de sujeito sintático, que é usualmente aquela que expressa o “tópico” da frase; antes, aparece numa estrutura cuja função típica é a de introduzir novos participantes no discurso (como as estruturas com expletivos em inglês e francês; ver Givón 1979 e muitos outros). Daí a já conhecida correlação entre ordem VS com inacusativos e sujeitos indefinidos.

---

<sup>10</sup> Há evidência preliminar para essa predição. Depreende-se da discussão de Duarte (1989, p.104) que em seu corpus o traço ‘ausência de concordância’ co-ocorre significativamente apenas com verbos “intransitivos existenciais”, isto é, inacusativos. De modo semelhante, segundo Costa (2000), em PE a ordem VS pode opcionalmente levar à ausência de concordância entre verbo e sujeito, o que só ocorre com verbos inacusativos. Em suma, a ausência de concordância na ordem VS em português parece correlacionar-se com verbos inacusativos.

Na estrutura (11), por outro lado, o “sujeito invertido” é também o sujeito sintático da frase e pode, portanto, ser o tópico da oração. Aliás, isto é ainda mais provável no caso de orações interrogativas, já que os constituintes interrogativos (isto é, os constituintes QU) são o “foco” de suas orações, sendo os demais constituintes ? incluindo o “sujeito invertido” ? elementos dados, em regra (ver Zubizarreta 1998). Ou seja, numa estrutura como (11) deveria haver boas chances de o sujeito ser um NP definido. Finalmente, na estrutura (12), de anti-tópico, o “sujeito invertido” é um esclarecimento do sujeito pronominal, que é em geral o tópico da oração e é, portanto, definido na maior parte dos casos. Logo, o “sujeito invertido” também deve ser, muito freqüentemente, um SN definido (cf. Kato & Tarallo 1987).

Assim, dadas as propriedades semântico-discursivas associadas às diferentes posições de “sujeito invertido” postuladas por Kato & Tarallo, pode-se prever que:

- (15) *Predições de (10) a (12) com respeito à definitude do “sujeito invertido”:*
- a. (10) favorece o uso de “sujeitos invertidos” indefinidos;
  - b. (11) e (12) favorecem o uso de “sujeitos invertidos” definidos.

No que diz respeito às correspondências postuladas entre as estruturas em (10)-(12) e tipos de verbos, pode-se então formular as seguintes predições:

- (16) *Correlações preditas entre tipo de verbo e definitude do “sujeito invertido”:*
- a. verbos inacusativos favorecem “sujeitos invertidos” *indefinidos*, cf. (15a);
  - b. outros verbos favorecem “sujeitos invertidos” *definidos*, cf. (15b).

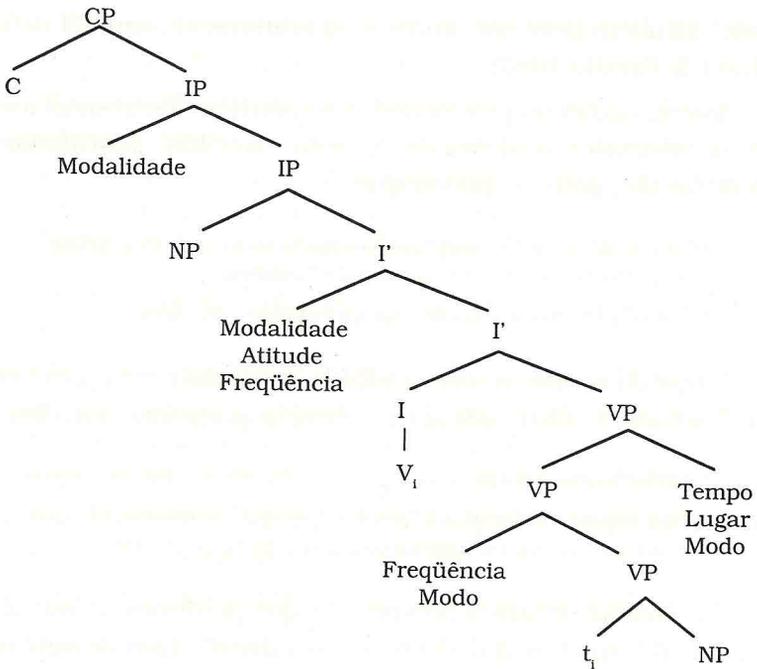
Finalmente, vejamos brevemente que predições as estruturas em (10)-(12) fariam no que diz respeito à distribuição de outros elementos na frase. Aqui, limitar-me-ei à distribuição de modificadores adverbiais. A observação crucial é que diferentes tipos de modificadores adverbiais tendem a ter uma distribuição típica diferente devido ao “escopo” de sua modificação (ver Jackendoff 1972, Sportiche 1988, Pollock 1989, Belletti 1990, Costa 1998). Simplifi-

cando fatos e análise a fim de ilustrar o raciocínio, pode-se dizer que em PB encontramos a distribuição típica sumariada em (18) abaixo:

(17) *Algumas Classes de Modificadores Adverbiais*

- a. de modalidade: *possivelmente, provavelmente*, etc.
- b. de atitude (orientados-ao-sujeito): *honestamente, francamente*, etc.
- c. de freqüência: *sempre, freqüentemente*, etc.
- d. de modo: *rapidamente, cuidadosamente*, etc.
- f. de lugar: *em casa, no restaurante*, etc.
- e. de tempo: *ontem, hoje, amanhã*, etc.

(18)



Quando unidas à distribuição típica de elementos adverbiais tal como ilustrada em (18), as estruturas (10)-(12) resultam em pre-dições diferentes no que diz respeito a ordem destes modificadores com relação ao verbo e ao “sujeito invertido”. Especificamente:

- (19) *Predições de (10) a (12) com respeito à ordem de elementos adverbiais:*
- a. Com relação a estrutura em (10):
    - i) precedem o verbo advérbios de modalidade, freqüência e atitude;
    - ii) ocorrem entre o verbo e o “sujeito invertido” advérbios de freqüência e modo;
    - iii) ocorrem depois do “sujeito invertido” advérbios de tempo, lugar e modo;
  - b. Com relação a estrutura em (11):
    - i) não há elementos adverbiais que precedam o verbo;
    - ii) ocorrem entre o verbo e o “sujeito invertido” advérbios de modalidade;
    - iii) ocorrem depois do “sujeito invertido” advérbios de modalidade, atitude, freqüência, modo, tempo e lugar.
  - c. Com relação a estrutura em (12):
    - i) precedem o verbo advérbios de modalidade, freqüência e atitude;
    - ii) ocorrem entre o verbo e o “sujeito invertido” advérbios de freqüência, modo, tempo e lugar;
    - iii) não ocorrem depois do “sujeito invertido” modificadores adverbiais.

Assim, fica claro que hipóteses como as ilustradas em (10) a (12) acima fazem diferentes predições no que diz respeito à ordem típica de modificadores adverbiais. Em um estudo de *corpus*, deve-se repetir, não se pode esperar diferenças categóricas; ainda assim, prediz-se padrões de freqüências diferentes, com tendências diferentes: verbos inacusativos permitindo mais freqüentemente advérbios de modo entre o verbo e o sujeito invertido (cf. (19a)), e outros verbos permitindo mais advérbios de modalidade ou de tempo e lugar (cf. (19a,b)); etc.<sup>11</sup>

Mais genericamente, o ponto principal da discussão precedente é: propostas como as de Kato & Tarallo fazem várias predições específicas, que podem ser verificadas empiricamente. Como veremos a seguir, o mesmo vale para propostas de cunho funcionalista.

---

<sup>11</sup> Aliás, alerta análogo se aplica às demais predições discutidas nesta seção. Quanto à ausência de concordância na ordem VS, por exemplo, a experiência cotidiana indica que há variação mesmo com verbos inacusativos – possivelmente em função de que há interferência do sistema de concordância do português padrão, ou de que a mudança de um sistema para o outro continua em movimento. Assim, o que se espera não é ausência *categórica* de concordância na ordem VS com inacusativos, mas forte concentração nela.

#### 4. Algumas Propostas Funcionalistas

Como procurei indicar antes, muitos estudos gerativistas adotam a hipótese de que a ordem VS em PB expressa estruturas sintáticas diferentes para diferentes tipos de verbos. E há algum consenso de que os casos “normais”, produtivos, envolvem estruturas com verbos inacusativos. Para Kato & Tarallo (1987), especificamente, os demais casos de inversão possivelmente seriam historicamente “residuais”, sendo este quadro sincrônico o resultado de uma “mudança paramétrica” sofrida pelo PB - uma explicação de cunho puramente sintático para as restrições encontradas.

Entretanto, encontram-se na literatura sobre a inversão em PB também explicações baseadas em princípios funcionais, isto é, que atribuem certas propriedades de forma a funções semântico-discursivas das expressões lingüísticas. Berlinck (1989), por exemplo, sugere que a Restrição da Monoargumentalidade deriva de uma restrição funcional que atua de modo particularmente forte em PB e que chamarei de “restrição da ambigüidade”:

(20) *Restrição da Ambigüidade*

A probabilidade de ocorrência de VS é proporcionalmente inversa ao grau de ambigüidade introduzido pelo predicado na identificação do “sujeito”:  
quanto maior a chance do “sujeito invertido” *não* ser interpretado como o sujeito gramatical do predicado, menor a chance da ordem VS, e vice-versa (cf. Berlinck 1989, 104-5; ver também Pontes 1987).

Esta restrição explicaria de modo natural a seguinte hierarquia de predicados, encontrada por Berlinck no seu corpus sincrônico e definida pela freqüência com que os predicados co-ocorrem com a ordem VS (dados extraídos da tabela 5 de Berlinck 1989, 102):

(21)	<i>Tipo de Verbo</i>	<i>Freqüência de VS</i>
	verbos inacusativos	99% (322/326)
	verbos não-ergativos	46% (127/272)

verbos de ligação	23%	(107/456)
transitivo indireto	8%	(8/91)
transitivo direto	3%	(11/343)
bitransitivo	0%	(0/22)

A ordem VS seria mais freqüente com verbos intransitivos (inacusativos e não-ergativos) porque não haveria ambigüidade possível? estes verbos só possuem um argumento, que só pode ser, portanto, o sujeito. (Quanto à diferença entre inacusativos e não-ergativos, ver abaixo.) Com verbos de ligação, haveria alguma possibilidade de ambigüidade porque, presume-se, o predicativo pode ser um NP (como no contraste *Todo mundo foi bacana comigo/Foi todo mundo bacana comigo vs. Todo mundo foi uma criança um dia/??Foi todo mundo uma criança um dia*). Com verbos transitivos indiretos, a ambigüidade é maior do que com verbos predicativos porque o objeto indireto é sempre um nominal. Mas a ambigüidade com verbos transitivos indiretos é menor do que com transitivos diretos porque o objeto direto – tal como o sujeito – é um NP não acompanhado de preposição, enquanto que o objeto indireto é um NP acompanhado de preposição. Ou seja, a preposição que rege o objeto indireto pode minimizar a ambigüidade. Finalmente, os verbos que menos favorecem a ordem VS são os bitransitivos, que são acompanhados de dois complementos NPs, o objeto direto e o indireto.

Mas por que a Restrição da Ambigüidade teria uma ação mais forte no PB do que em estágios anteriores desta língua, ou do que em PE? Berlinck sugere que a mudança fundamental, neste caso, não está relacionada com o parâmetro do sujeito nulo - nem com a estrutura sintática das orações envolvendo a inversão -, mas com o desaparecimento dos pronomes acusativos átonos (ver Tarallo 1983, Duarte 1989, Cyrino 1994, entre muitos outros). Nas palavras de Berlinck, “é possível pensar (...) que uma língua com um sistema clítico rico e produtivo na fala permita maior liberdade na ordenação dos constituintes da frase: quando eles são atualizados na for-

ma de clíticos, a probabilidade de que a construção resulte ambígua diminui muito (...)" (p.107). A sugestão de Berlinck pode ser facilmente ilustrada:

- (22) a. A Maria, encontrou-a o João. [PE e português padrão]  
b. ?? A Maria, encontrou (ela) o João. [PB, se houvesse inversão]

Num sistema como o PB, que não possui mais pronomes (de 3a. pessoa) que marquem claramente as funções gramaticais, a inversão do sujeito resulta em frases cuja ambigüidade não pode ser desfeita por elementos de forma (cf. (22b)); num sistema com pronomes que marcam claramente as funções gramaticais, como Ambigüidade não seja capaz de explicar, por si, a enorme diferença de freqüência que há entre os casos de ordem VS com verbos inacusativos e outros verbos intransitivos (99% vs. 46% no *corpus* sincrônico de Berlinck): ambos os verbos só possuem um "argumento"; logo, não há, em princípio, ambigüidade possível com nenhum dos dois tipos de verbos. Além disso, é claro que a Restrição da Ambigüidade, por si, nada teria a dizer acerca da definitude ou indefinitude do "sujeito invertido". Ou seja, ainda que a análise de Berlinck possa explicar parcialmente a Restrição da Monoargumentalidade, ela precisa de auxílio no que diz respeito a outras propriedades salientes da inversão em PB.

Quanto à Restrição à Definitude, a alternativa é óbvia. Assim como os gerativistas, os funcionalistas em geral também presumem que a ordem VS está de algum modo associada a estruturas apresentativas (Pontes 1987, Naro & Votre 1989, 1999, Pezatti 1994 e Berlinck 1997, entre outros). No que diz respeito ao PB em particular, Naro & Votre sugeriram que a Restrição à Definitude seria um efeito colateral de um outro princípio mais fundamental:

- (23) *Princípio da Baixa Tensão*

A ordem VS indica baixo nível de tensão comunicativa: o referente do sujeito não é o tópico corrente do discurso, mas antes um elemento periférico, e a oração não

está situada na linha central, ou *foreground*, do fluxo corrente de informação, mas antes pertence ao *background* (cf. Naro & Votre 1999, 85).

Para Naro & Votre, o princípio em (23) explica naturalmente a Restrição à Definitude: NPs indefinidos são usados basicamente para introduzir novos referentes no discurso; logo, não podem ser usados para retomar anaforicamente seu tópico momentâneo. Por isso, enunciados com NPs indefinidos pertencem em geral ao *background* narrativo, favorecendo a ordem VS. Já NPs definidos em geral retomam referentes já introduzidos no discurso, e a retomada anafórica é freqüentemente um indício de que o referente ainda é o tópico do discurso. Portanto, de acordo com o Princípio da Baixa Tensão, NPs definidos não devem favorecer a ordem VS.

É importante observar que o princípio em (23) não exige que “sujeitos invertidos” sejam definidos: se um NP definido é usado para retomar um referente não central, secundário, do discurso, a ordem VS pode ser usada, cf. (24b) vs. (24a) (exemplos de Naro & Votre):

- (24) a. O carro da minha senhora, o TN4937 – era um TL – foi roubado. Foi roubado e ficou três dias desaparecido. *Depois esse carro apareceu aqui*, numa delegacia aqui. [esse carro = tópico; ordem = SV]
- b. De noite eu ia para ali perto do — na rua Riachuelo, né? Tinha um depósito do jornal *O Dia*. Comprava o jornal, ia para Copacabana vender dentro dos ônibus. Aí, quando dava assim três e meia, mais ou menos, *acabava o jornal*. Aí quatro horas pegava o trem para Japeri. [o jornal = referente secundário; ordem = VS]

Exemplos como estes, é claro, são um problema para análises que postulam alguma restrição categórica de indefinitude do sujeito posposto (como algumas propostas gerativistas).

Da discussão precedente vê-se que é possível conceber uma análise das propriedades da ordem VS em PB que recorra aos efeitos da Restrição da Ambigüidade, proposta por Berlinck, e do Princípio da Baixa Tensão, proposto por Naro & Votre. A primeira

daria conta de certos aspectos da Restrição da Monoargumentalidade; o segundo, de aspectos como a baixa frequência de sujeitos definidos pospostos. O fundamental aqui é que, sob a perspectiva funcionalista, não há em princípio diferenças qualitativas, estruturais - *sintáticas* - necessariamente associadas a diferentes tipos de inversão. Em particular, seja a inversão com verbos inacusativos, não-inacusativos, transitivos, etc., ela é em regra vista como sendo regida por princípios funcionais gerais, comuns a todos os casos, e não por configurações sintáticas alternativas. Esta é uma propriedade fundamental das abordagens funcionalistas, claramente distinta da linha adotada pelas abordagens gerativistas. Retornarei a este ponto logo abaixo.

Como disse antes, o fato de a ordem VS ser particularmente favorecida por uma subclasse de verbos intransitivos, os inacusativos, ou apresentativos/existenciais na terminologia funcionalista, não pode ser explicado pela Restrição da Ambigüidade; mas pode-se argumentar, como de fato Naro & Votre o fazem, que esta é uma das várias “restrições distribucionais” da ordem VS que podem ser explicadas pelo Princípio da Baixa Tensão.<sup>12</sup>

Naro & Votre observam que os “verbos apresentativos” possuem uma propriedade semântica particular: embora seu significado lexical seja dinâmico, denotando movimento físico (*chegar, cair, vir*, etc.) ou mudança de estado (*acabar, desaparecer, fechar*, etc.), quando usados na ordem VS, freqüentemente deixam de expressar sua “carga semântica completa”. Operacionalmente, isto se reflete no fato de que na ordem VS estes verbos podem ser trocados mais

---

<sup>12</sup> Há outras “restrições distribucionais” que Naro & Votre atribuem ao Princípio da Baixa Tensão: o fato de que a ordem VS é favorecida com NPs “pesados” e desfavorecida com pronomes; de que há correlação entre as ordens SV e VS, de um lado, e o status informacional do sujeito de outro (quanto mais dado ou acessível o referente, menos favorecida é a ordem VS); de que há correlação entre a ordem VS e o nível de “transitividade” da oração (de onde segue o fato de que orações transitivas e a animacidade do sujeito desfavorecem a ordem VS).

freqüentemente uns pelos outros do que na ordem SV (75% versus 50%, respectivamente, no corpus dos autores). Eis um exemplo ((3) de Naro & Votre 1999, p. 80):

- (25) Foi o cara, sabe? Ele estava perdido, assim. *Apareceu* (*chegou/surgiu/veio/etc.*) uns homens [ordem = VS]. Aí, ele brigou, brigou. Aí, ele não conseguiu, sabe. Não conseguiu liquidá-los.

Segundo Naro & Votre, "(...) embora *apareceu* de fato denote um movimento físico no nível lexical, é o *resultado* deste movimento (estar lá) que é importante para o discurso narrativo" (p. 98; originalmente em inglês; tradução e grifos meus). A sugestão parece ser: verbos inacusativos favoreceriam a ordem VS porque podem referir-se ao *estado* que resulta do movimento antes que ao movimento em si mesmo. Mas por que isto favoreceria a ordem VS?

A fim de responder a esta pergunta, é preciso esclarecer um outro aspecto básico da análise funcionalista adotada por Naro & Votre: o pressuposto de que orações que pertencem ao *foreground* da narrativa possuem, em geral, um alto nível de "transitividade", enquanto que orações que pertencem ao *background*, ao contrário, têm em regra um baixo nível de "transitividade", hipótese formulada por Hopper & Thompson (1980). "Transitividade" é entendida por Hopper & Thompson como uma propriedade semântica escalar das orações: uma oração será tanto mais "transitiva" quanto maior for a "efetividade" da ação que descreve, isto é, quanto maior for a intensidade com que uma ação se transfere de um participante a outro (do agente ao paciente, em orações transitivas prototípicas). O grau de "efetividade" de uma ação ? e o grau de "transitividade" da oração correspondente ? é determinado por um conjunto amplo, de pelo menos dez, parâmetros semânticos (cf. Hopper & Thompson 1980, 252 e ss.). Para a presente discussão, são de particular relevância dois destes parâmetros: o número de participantes da ação (ações que envolvem um participante são menos "transitivas" do

ações que envolvem dois participantes) e a dinamicidade do evento (eventos que envolvem ações e processos são mais transitivos do que eventos que envolvem estados).

Mas, por que orações pouco transitivas pertenceriam ao *background* de uma narrativa, e orações mais transitivas ao *foreground*? A resposta tem a ver com a natureza destas duas macroestruturas fundamentais dos discursos em geral. O *foreground* fornece as informações que contribuem de modo imediato e fundamental para os objetivos do falante; o *background*, por outro lado, fornece informação subsidiária, que situa, amplifica ou comenta o que é fundamental (cf. Hopper & Thompson 1980, 280 e ss.). Do ponto de vista do discurso narrativo, o fundamental, o *foreground*, é o conjunto de eventos que fazem a narrativa progredir, isto é, a cadeia principal de ações da qual participa o protagonista de um episódio, isto é, o tópico do discurso. O subsidiário é tudo o que situa a narrativa espacial ou temporalmente, caracterizando o "cenário", ou o que a amplifica, caracterizando e introduzindo personagens.

Ora, assim fica claro por que orações mais transitivas participam, em geral, do *foreground* de uma narrativa: por sua própria natureza, descrevem em geral ações altamente efetivas, dinâmicas, elas tendem a contribuir para o progresso da narrativa. Inversamente, orações pouco transitivas pertencem ao *background* porque, descrevendo eventos pouco dinâmicos, estados, por exemplo, tendem a situar a narrativa, a oferecer caracterização secundária dos seus personagens, ou a introduzi-los localizando-os no espaço e/ou no tempo.

Podemos, agora, retornar à explicação sugerida por Naro & Votre para a oposição entre verbos inacusativos e os demais verbos intransitivos? isto é, os não-ergativos. Em primeiro lugar, devemos notar que, sendo intransitivos ambos os tipos de verbos, tendo somente um argumento, denotam necessariamente eventos de um só participante. Em relação ao parâmetro do número de participan-

tes, portanto, tais eventos são pouco transitivos. Dado o Princípio da Baixa Tensão, não é surpreendente, portanto, que verbos intransitivos em geral favoreçam a ordem VS. Mas, e quanto ao contraste entre verbos inacusativos e não-ergativos?

Como perceberam Naro & Votre, verbos inacusativos podem, em virtude de sua semântica, referir-se ao *estado* resultante de uma mudança de posição (no caso de verbos de movimento físico como *chegar, cair, vir*, etc.) ou de estado propriamente dito (como *acabar, faltar*, etc.). Neste caso, expressam eventos pouco dinâmicos, pouco “transitivos”, que tendem a pertencer ao *background* narrativo; assim, de acordo com o Princípio da Baixa Tensão, favorecem a ordem VS. Já verbos não-ergativos denotam ação (*telefonar, correr, caminhar*) ou processo (*espirrar, tropeçar, roncar*): estes são eventos dinâmicos e, embora não envolvam ações “efetivas” – não há transferência da ação de um participante a outro – ainda assim são “mais transitivos” do que os eventos denotados por verbos inacusativos em seu uso “existencial”. Ou seja, o Princípio da Baixa Tensão parece ser capaz de explicar, também, por que verbos não-ergativos favorecem menos a ordem VS que verbos inacusativos.

Procurei mostrar brevemente, nos parágrafos precedentes, que as abordagens funcionalistas oferecem uma alternativa de análise às abordagens gerativistas recorrendo a condições como a Restrição da Ambigüidade e o Princípio da Baixa Tensão. E o ponto principal desta linha de análise é que *não postula diferentes configurações sintáticas* para orações com ordem VS com diferentes tipos de verbos. De fato, alguns dos trabalhos funcionalistas acima citados enfatizam este aspecto de sua análise, vendo a necessidade de recorrer a diferentes estruturas como um artefato e, portanto, uma fraqueza das abordagens gerativistas (ver, por exemplo, Naro & Votre 1989, p. 177, e Pezatti & Camacho 1997a, p. 200).

Assim, enquanto para as abordagens gerativistas as restrições sobre a ordem VS são basicamente de ordem estrutural e são sensíveis, portanto, às diferenças estruturais associadas a dife-

rentes verbos, para as abordagens funcionalistas este tipo de distinção é irrelevante. Antes, sob a perspectiva funcionalista, distinções de ordem funcional, por exemplo, graus de “transitividade”, são os fatores determinantes da ordem VS e, presumivelmente, de suas propriedades gramaticais. Evidentemente, estas diferenças de análise se refletem em diferentes predições empíricas, que permitem a comparação dos dois tipos de abordagem. É isso o que ilustrarei na próxima seção.

## **5. Algumas Predições sob a Ótica Funcionalista**

Começamos procurando determinar as predições das propostas funcionalistas com relação à concordância entre forma verbal e “sujeito invertido”. Como tais propostas não postulam diferentes estruturas sintáticas para diferentes orações de ordem VS, é claro que elas também não prevêem diferenças de padrão de concordância verbal que dependam de diferenças estruturais. Podem, entretanto, atribuir possíveis variações de concordância a fatores funcionais, e um forte candidato a fator condicionante seria o grau de “transitividade” da oração. Vimos que, para Naro & Votre, a ordem VS é uma estrutura característica de orações de baixa transitividade. Também vimos que, por causa disso, “sujeitos invertidos” tenderiam a ser pouco agentivos, possuindo propriedades de “objetos gramaticais” (cf. também Pontes 1987 e Pezatti & Camacho 1997). Isto sugere uma explicação para a possível variação de concordância entre forma verbal e sujeitos invertidos: estes tenderiam a não acionar a concordância verbal à medida que suas propriedades se aproximassem das dos “objetos” verbais.

Da perspectiva funcionalista, então, a variação nos padrões de concordância poderia estar associada aos fatores que determinam o quanto um “sujeito invertido” se parece funcionalmente com um “sujeito” ou um “objeto”, por exemplo, o grau de “transitividade” da oração. Isto é, enquanto que as abordagens gerativistas básica-

mente predizem uma dicotomia simples entre estruturas inacusativas e as demais estruturas (as primeiras favorecem ausência de concordância; as segundas, favorecem a concordância), as predições das abordagens funcionalistas seriam mais sutis. Especificamente, esperaríamos as seguintes correlações:

- (26) *Correlações previstas entre “nível de transitividade” e concordância verbal:*
- a. quanto maior o nível de transitividade da frase (quanto menos parecido com um “objeto” é o “sujeito invertido”), mais freqüente a concordância verbal;
  - b. quanto menor o nível de transitividade da frase (quanto mais parecido com um “objeto” é o “sujeito invertido”), menos freqüente a concordância.

Assim, quanto maior o número de parâmetros em que a frase se classifica como de “baixa transitividade” (um só participante, não agentivo, não animado, evento não dinâmico, etc.), maior as chances de ausência de concordância. É claro que esta predição se sobrepõe, parcialmente, às predições das abordagens gerativistas: afinal, como vimos, verbos inacusativos denotam eventos pouco dinâmicos e devem, por isso, favorecer a ausência de concordância. Mas há muitas diferenças entre as duas abordagens.

Por exemplo, de acordo com (26), espera-se que verbos (inclusive inacusativos) com sujeitos *animados* favoreçam mais a concordância do que com sujeitos *inanimados*; as abordagens gerativistas não fazem esta predição. Do mesmo modo, verbos transitivos, isto é, com mais de um argumento, devem favorecer mais a concordância do que intransitivos. E, entre os transitivos, a abordagem funcionalista também prediz que haverá diferença com respeito à concordância de acordo com os demais parâmetros de “transitividade”: uma frase com verbo transitivo que denote um evento não dinâmico e cujo sujeito seja inanimado e não-agentivo, por exemplo, deve favorecer mais a ausência de concordância do que uma frase com verbo transitivo que denote um evento dinâmico e cujo sujeito é animado e agentivo. É claro que as abordagens gerativistas não fazem tais predições.

Considere agora o que as abordagens funcionalistas prediriam com relação às propriedades semântico-discursivas dos “sujeitos invertidos”. O ponto fundamental aqui é que, para estas abordagens, a inversão tem sempre e essencialmente as mesmas funções discursivas, independentemente do tipo de verbo (e de estrutura sintática, que presumem ser sempre a mesma).<sup>13</sup> A consequência disto é que a distinção entre verbos inacusativos, verbos não-ergativos e verbos transitivos *não* deveria ser um fator relevante para a determinação das propriedades semântico-discursivas e, portanto, para a definitude do sujeito invertido:

- (27) *Correlações previstas entre tipo de verbo e (in)definitude do “sujeito invertido”:*  
Não há correlação entre tipo de verbo e (in)definitude do “sujeito invertido”.

É de se notar que (27) *não* implica que a frequência *absoluta* de sujeitos invertidos definidos será a mesma com verbos inacusativos e não-ergativos, por exemplo. Afinal, como há um número muito maior de sujeitos invertidos com verbos inacusativos, certamente a frequência absoluta de sujeitos definidos também será maior com eles. O que (27) prediz é que a frequência *relativa* dos sujeitos definidos será aproximadamente a mesma para todos os tipos de verbos (isto é, o *percentual* de sujeitos definidos com relação ao total de sujeitos invertidos com verbos inacusativos deve ser aproximadamente o mesmo que o *percentual* de sujeitos definidos com relação ao total de sujeitos invertidos com verbos não-ergativos, etc.). Esta predição é claramente diferente da feita pela análise de Kato & Tarallo (cf. (16) acima).

<sup>13</sup> Pezatti & Camacho (1997b) distinguem, entretanto, o “sujeito invertido” em construções de anti-tópico – ou de antitema, para usar o termo por eles adotado – dos demais casos de ordem VS em PB. Além de também fazer esta distinção, Berlinck (1997) ainda reconhece que os “sujeitos invertidos” podem ter diferentes comportamentos funcionais dependendo de sua posição no domínio pós-verbal. Especificamente, ela observa uma diferença no status informacional do sujeito nas ordens VSX e VXS, em que X é uma seqüência de constituintes.

Finalmente, no que diz respeito à ordem de modificadores adverbiais na frase, o ponto fundamental de novo é que as abordagens funcionalistas presumem que, independentemente do tipo de verbo, frases VS em PB possuem basicamente a mesma estrutura sintática. Ora, se isso é verdade e se é essa estrutura que determina a distribuição dos modificadores adverbiais na frase, então a consequência só pode ser uma:

- (28) *Correlações previstas tipo de verbo e distribuição de elementos adverbiais:*  
Não há correlação entre tipo de verbo e a distribuição linear de diferentes tipos de elementos adverbiais em orações com ordem VS.

Essa predição é particularmente clara para aquelas análises funcionalistas que rejeitam explicitamente qualquer diferença estrutural entre as orações de ordem VS com verbos inacusativos e as com os demais tipos de verbos. Por exemplo, Pezatti & Camacho presumem que todos os casos de ordem VS em PB são manifestações de um mesmo padrão sintático linear "(Tema) (Tópico) V S (O) (Antitema)" (Pezatti & Camacho 1997b, 106-107). Evidentemente, do ponto de vista desta análise, não há por que esperar que advérbios de modo, digamos, tenham distribuição diferente dependendo do tipo de verbo. De novo, as predições feitas por estas análises e por uma análise como a de Kato & Tarallo são radicalmente diferentes.

## **Considerações Finais**

Procurei mostrar, com a discussão precedente, que diferentes análises da ordem VS em PB fazem, em geral, predições diferentes com respeito a vários fenômenos gramaticais. Aqui a discussão foi de caráter ilustrativo e centrou-se em algumas análises específicas e nas diferenças que existem entre elas no que concerne ao padrão de concordância verbal predito, à (in)definitude do "sujeito invertido" e à ordem de modificadores adverbiais dentro da frase. Certamente consideração detalhada destas e de outras análises

revelaria diferenças cruciais com relação a outros fenômenos, também. Tanto quanto sei, entretanto, não só as predições que aqui identifiquei ainda não foram investigadas empiricamente, como também e principalmente não houve até agora uma tentativa de comparação sistemática das diferentes análises propostas na literatura para a ordem VS do PB. O resultado é que, embora disponhamos de literatura abundante sobre o tópico, o quadro descritivo está longe de ser completo, e o debate teórico continua longe de ter chegado a conclusões mais definitivas.

Sem uma investigação empírica das lacunas que aponte, bem como de outras, não é possível responder às questões centrais que emergem da literatura sobre a ordem VS em PB: É ela o resultado de um padrão único, ou é manifestação de diferentes estruturas sintáticas? Possui uma justificativa funcional geral, ou há diferentes correlações entre estrutura e função? Em suma: qual o estatuto da ordem VS na gramática sincrônica do PB - é fundamentalmente definida pelas possibilidades estruturais permitidas pelo PB, ou antes por requisitos de ordem funcional? Parece-me claro que, sem responder a tais questões, muitas das questões teóricas mais interessantes postas pela sintaxe do PB também não poderão ser respondidas de modo mais conclusivo - por exemplo, a questão de saber se as mudanças diacrônicas do PB estão ou não associadas a uma mudança paramétrica, como sugerem as análises gerativistas.

**ABSTRACT:** *Two types of analyses are found in the literature for the Verb-Subject [VS] order in spoken Brazilian Portuguese [BP]. The generative or "formalist" analyses propose that the restrictions operating on BP's VS order derive mainly from the phrase structure of the clause, and are related to an on-going "parametric change" in the BP system of pronominal subjects (towards a non-pro-drop setting, cf. Kato & Tarallo 1987, Duarte 1996 and others). Functionalist analyses, on the other hand, focus on determining the functional motivation of BP's VS order and, at the same time, argue that the "formalist" proposals are descriptively and analytically inadequate (Pezatti & Camacho 1997a,b; Naro & Votre*

1999, 1989; Pontes 1986, entre outros). This article synthesizes the two lines of analysis, trying to identify points of divergence whose predictions can be verified empirically. Its aim is to contribute to future comparisons between the formalist and the functionalist approaches to the syntax of the VS order in BP.

**KEYWORDS:** verb-subject order; Brazilian Portuguese; formalism; functionalism; syntactic theory.

## BIBLIOGRAFIA

- BELLETTI, A. (1988) The Case of Unaccusatives. *Linguistic Inquiry* 19, 1-34.
- \_\_\_\_\_. (1990) *Generalized Verb Movement*. Rosenberg & Sellier, Torino.
- BERLINCK, R. de A. (1989) A Construção VS no Português do Brasil: Uma Visão Diacrônica do Fenômeno da Ordem. In: TARALLO, org., 95-112.
- \_\_\_\_\_. (1997) Nem Tudo o que é Posposto é Novo: Estatuto Informacional do Sujeito em Português. *Alfa* 41, 57-78.
- BURZIO, L. (1986) *Italian Syntax: A Government-Binding Approach*. D. Reidel, Dordrecht.
- CARDINALETTI, A. (1997) Agreement and Control in Expletive Constructions. *Linguistic Inquiry* 28, 521-532.
- CHOMSKY, N. & H. LASNIK (1995) The Theory of Principles and Parameters. In: N. CHOMSKY, *The Minimalist Program*, 13-127. MIT Press, Cambridge (EUA).
- COELHO, I. et al. (2001) Ordem VS e Sujeito Nulo em PB e PE. Apresentado no colóquio "Português Europeu-Português Brasileiro: Unidade na Diversidade na Passagem do Milênio", XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- COSTA, J. (1998) *Word Order Variation: A Constraint-Based Approach*. Holland Academic Graphics, Haia.
- \_\_\_\_\_. (2000) Postverbal Subjects and Agreement in Unaccusative Contexts in European Portuguese. Ms., Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- CYRINO, S. M. L. (1994) O Objeto Nulo no Português do Brasil: Um Estudo Sintático-Diacrônico. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas.
- \_\_\_\_\_. (1996) Observações sobre a Mudança Diacrônica no Português do Brasil: Objeto Nulo e Clíticos. In: ROBERTS & KATO, orgs., 163-184.

- DUARTE, M. E. L. (1989) Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil. In: TARALLO, org., 19-34.
- \_\_\_\_\_. (1992) A Perda da Ordem VS em Interrogativas QU- no Português do Brasil. *DELTA* 8, 37-52.
- \_\_\_\_\_. (1996) Do Pronome Nulo ao Pronome Pleno: A Trajetória do Sujeito no Português do Brasil. In: ROBERTS & KATO, orgs., 107-128.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1996) *A Posição do Sujeito no Português Brasileiro: Frases Finitas e Infinitivas*. Editora da UNICAMP, Campinas.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. et al. (2001) Ordem VS em PB e PE. Apresentado no colóquio "Português Europeu-Português Brasileiro: Unidade na Diversidade na Passagem do Milênio" do II Congresso Internacional da ABRALIN. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- GIVÓN, T. (1979) *On Understanding Grammar*. John Benjamins, Amsterdã.
- HOPPER, P. & S. THOMPSON (1980) Transitivity in Grammar and Discourse. *Language* 56, 251-299.
- JACKENDOFF, R. (1972) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. MIT Press, Cambridge.
- KAISER, G. & A. EGUZKITZA (1999b) Postverbal Subjects in Romance and German: Some Notes on the Unaccusative Hypothesis. *Lingua* 109, 195-219.
- KATO, M. (2000a) The Partial Pro-Drop Nature and the Restricted VS Order in Brazilian Portuguese. In: KATO & NEGRÃO, eds., 223-258.
- \_\_\_\_\_. (2000b) A Restrição da Monoargumentalidade da Ordem VS no Português do Brasil. *Fórum Lingüístico* 2, 97-127. (UFSC, Florianópolis)
- KATO, M. & E. NEGRÃO, eds. (2000) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Vervuert/Iberoamericana, Frankfurt.
- KATO, M. & F. TARALLO (1987) Harmonia Trans-Sistêmica: Variação Intra-e Inter-Lingüística. *Predição* 6, 1-41, Campinas.
- \_\_\_\_\_. (1987) Restrictive VS Syntax in Brazilian Portuguese: its Correlation with Invisible Clitics and Visible Subjects. Apresentado no "1988 Georgetown Roundtable on Languages and Linguistics", Georgetown.
- \_\_\_\_\_. (1991) The Loss of VS Syntax in Brazilian Portuguese. Relatório de pesquisa para FAPESP. UNICAMP, Campinas.
- KATO, M. et al. (1996) Padrões de Predicação no Português Falado no Brasil. In: M. KATO, org. *Gramática do Português Falado*, Vol. V. Editora da UNICAMP/FAPESP, Campinas.

- LIRA, S. (1982) Nominal, Pronominal and Zero Subjects in Brazilian Portuguese. Tese de doutorado, University of Pennsylvania, Pennsylvania.
- MÜLLER, A. & E. NEGRÃO (1996) As Mudanças no Sistema Pronominal do Português Brasileiro: Substituição ou Especialização de Formas? *DELTA* 12, 125-152.
- NARO, A. & S. VOTRE (1989) Mecanismos Funcionais do Uso da Língua. *DELTA* 5, 169-184.
- \_\_\_\_\_. (1992) Mecanismos Funcionais do Uso da Língua: Função e Forma. *DELTA* 8, 285-290.
- \_\_\_\_\_. (1999) Discourse Motivations for Linguistic Regularities: Verb-Subject Order in Spoken Brazilian Portuguese. *Probus* 11, 75-100.
- NASCIMENTO, M. do (1984) Sur la Postposition du Sujet dans le Portugais du Brésil. Tese de doutorado, Université de Paris VIII, Paris.
- \_\_\_\_\_. (1990) Teoria Gramatical e 'Mecanismos Funcionais do Uso da Língua'. *DELTA* 6, 83-98.
- NEGRÃO, E. (1997) Asymmetries in the Distribution of Overt and Empty Categories in Brazilian Portuguese. In: J. R. Black & V. Motapanyane, eds. *Clitics, Pronouns and Movement*, p. 217-235. John Benjamins, Amsterdã. (Série Current Issues in Linguistic Theory, vol. 140)
- NEGRÃO, E. & E. VIOTTI (2000) Brazilian Portuguese as a Discourse-Oriented Language. In: KATO & NEGRÃO, eds., 105-125.
- NICOLAU, E. (1995) As Propriedades de Sujeito Nulo e Ordem VS no Português Brasileiro. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas.
- MOURA NEVES, M. H. de (1999) Estudos Funcionalistas no Brasil. *DELTA* 15, 70-104.
- \_\_\_\_\_. (1996) A Questão da Ordem na Gramática Tradicional. In: A. CASTILHO, org., *Gramática do Português Falado, Vol. I*, 185-316. Ed. da UNICAMP/FAPESP, Campinas.
- PERLMUTTER, D. (1976) Evidence for Subject Downgrading in Portuguese. In: J. SCHMIDT-RADEFELDT, ed., *Readings in Portuguese Linguistics*, 93-138. North Holland, Amsterdã.
- \_\_\_\_\_. (1978) Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis. In: J. J. JAEGER et al., eds., *Proceedings of the Fourth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 157-89.
- PEZATTI, E. G. (1994) Uma Abordagem Funcionalista da Ordem de Palavras no Português Falado. *Alfa* 38, 37-56.

- PEZATTI, E. G. & R. G. CAMACHO (1997a) Aspectos Funcionais da Ordem de Constituintes. *DELTA* 13, 191-214.
- \_\_\_\_\_. (1997b) Ordenação dos Constituintes na Sentença: uma Interpretação Funcional. *Alfa* 41, 99-126.
- POLLOCK, J. -Y. (1989) Verb Movement, UG, and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry* 20, 365-424.
- PONTES, E. (1986) *Sujeito: da Sintaxe ao Discurso*. Ática, São Paulo.
- PONTES, E. (1987) *O Tópico no Português do Brasil*. Pontes, Campinas.
- RIBEIRO, I. (1999) Sobre a Perda da Inversão do Sujeito em PB. Univ. de Salvador, Salvador.
- ROBERTS, I. & M. KATO, orgs. (1996) *Português Brasileiro: Uma Viagem Diacrônica*. Pontes, Campinas.
- ROSSI, M. A. (1996) Estudo Diacrônico sobre as Interrogativas do Português do Brasil. In: ROBERTS & KATO, orgs., 307-342.
- SPORTICHE, D. (1988) A Theory of Floating Quantifiers and its Corollaries for Constituent Structure. *Linguistic Inquiry* 19, 425-449.
- TARALLO, F. (1983) Relativization Strategies in Brazilian Portuguese. Tese de doutorado, Universidade da Pennsylvania, Pennsylvania.
- TARALLO, F., org. (1989) *Fotografias Sociolingüísticas*. Pontes/UNICAMP, Campinas.
- THOMAS, E. W. (1969) *The Syntax of Spoken Brazilian Portuguese*. Vanderbilt University Press, Nashville.
- TORRES MORAIS, M. A. (1996) Aspectos Diacrônicos do Movimento do Verbo, Estrutura da Frase e Caso Nominativo no PB. In: ROBERTS & KATO, orgs., 263-306.
- VIOTTI, E. (2002) Sobre o Efeito de Definitude nas Sentenças Existenciais. *Revista do GEL*, no. especial, 127-153.
- ZUBIZARRETA, M. L. (1998) *Prosody, Focus, and Word Order*. MIT Press, Cambridge (EUA).